

AS PRIMEIRAS PRISÕES DO RIO: A CADEIA VELHA E O ALJUBE

A.B. COTRIM NETO

A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, que primeiro se assentou nas fraldas do Morro Cara de Cão, em março de 1565, deve ter tido alguma espécie de prisão, pois um “livro de provisões” contemporâneo da fundação da Cidade registra a investidura de Francisco Fernandes como “alcaide e carcereiro” pelo Capitão-Mor Estácio de Sá, e dada aos 13 de setembro de 1566.

Contudo, notícia de prisão existe relativamente à época em que Mem de Sá, depois da derrota dos franceses e tamoios, em 20 de janeiro de 1567, transferiu o estabelecimento colonial para o Morro do Castelo. Construiu-se ali a primeira cadeia, na época — no dizer de Vivaldo Coaracy — “um dos edifícios públicos de maior importância e urgência, e que quase sempre ficasse conjugado à Casa do Conselho ou Câmara”.

Estendendo-se a Cidade para a beira-mar, desabitou-se a pouco e pouco o Morro do Castelo, e, em 1631, era o Ouvidor Paulo Pereira advertido, por oficiais da Câmara, que a “Cadeia Pública estava em deserto”. Velha e sem condições de segurança, ela favorecia as repetidas fugas de presos, convindo fosse mudada “para lugar mais seguro e melhor cômodo”.

A necessária autorização para a mudança, pedida à Metrópole, e reiterada por vários Ouvidores, só foi atendida, entretanto, em 1669, quando se obteve a licença para a construção de um novo prédio a fim de substituir a velha cadeia. No mesmo ano, contratava-se o mestre-pedreiro Francisco Monteiro para construir um edifício que deveria servir, como era costume então, “de prisão nos baixos e nos altos, da Sede do Conselho”.

O local escolhido foi o mesmo onde hoje se ergue o Palácio Tiradentes, a antiga Câmara dos Deputados.

As ampliações e modificações introduzidas no projeto primitivo, em muitos aspectos, pelos oficiais da Câmara, concorreram para que as obras se atrasassem por um decênio. E só em 1679 resolvia-se que o novo estabelecimento prisional deveria dispor de um quarto para os “homens nobres” e outro para as “mulheres nobres”, pois aconselhava-se que estas não se misturassem “com vagabundas e negras na enxovia comum”, nem aqueles com “os capoeiras e ladrões de baixa extração”.

Apesar das delongas e das modificações sofridas, o resultado não foi dos melhores. No decurso de todo o século XVII, foi submetido o prédio a inúmeros reparos e consertos; em certa ocasião, para que não desabasse, teve que ser escorado com pontaletes. Mas os constantes reparos revelaram-se inócuos, e em começos do século XVIII destinaram-se verbas para construção de um novo edifício.

As obras, entretanto, sempre morosas, somente foram concluídas em 1747, embora desde 1733 estivesse o prédio sendo utilizado. Ao contrário do anterior, era um edifício sólido e seguro, construído ao estilo da época, e que cumpriu de maneira satisfatória a sua missão até 1926, quando foi demolido para permitir se erguesse, no mesmo local, o Palácio Tiradentes. Comemorava-se o primeiro centenário de instalação do Poder Legislativo no Brasil e proporcionava-se uma sede condigna à Câmara dos Deputados.

Durante o tempo em que seu pavimento térreo serviu de prisão, foi o edifício conhecido como “Cadeia Velha”, designação que emprestou à rua que o ladeava, mais tarde, Rua da Assembléia. Dessa Cadeia Velha saiu o Alferes Tiradentes para pagar, na forca, o preço de ter sonhado com a Independência.

Quando, em 1808, a Corte Portuguesa, pressionada, pelos exércitos de Napoleão comandados pelo General Junot, viu-se forçada a buscar refúgio na Colônia, foi o prédio requisitado para abrigar a criadagem do Paço. Os presos foram removidos para o Aljube e, daí, para a “Cadeia Nova”, que viria a ser a futura Casa de Correção.

Conta o cronista Vieira Fazenda que foi grande o susto de D. João VI ao saber, ainda em viagem para o Rio, que se preparava, também, a Cadeia Velha para receber a Família Real...

O feio, pesado e pouco estético casarão ligava-se ao Palácio dos Vice-Reis por um passadiço mandado construir por ordem do Conde dos Arcos, e demolido em 1822.

Nas proximidades da Cadeia Velha — em cujo interior existia a Capela de Jesus, benzida em dezembro de 1710 pelo Cônego Miguel de Noronha da

